




C A P Í T U L O 9

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTRUINDO PONTES ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8701102505089>

Silvana Augusta Michelin Orpinelli

Patricia Cerqueira Nepomuceno

Daniela Cristina Balduino da Silva

Debora Cruz dos Santos Tavine

Karla Cristyane Ribeiro da Silva Fernandes

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a importância da participação da família na Educação Infantil, compreendendo-a como elemento essencial para o desenvolvimento integral da criança e para a efetivação de uma prática pedagógica de qualidade. Fundamentado em legislações educacionais como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a LDB (BRASIL, 1996), a BNCC (BRASIL, 2017) e o RCNEI (BRASIL, 1998), além de autores como Arantes (2020), Paro (2007), Bronfenbrenner (1996) e Ariès (2006), o estudo discute a evolução histórica da relação entre família e escola, destacando as transformações culturais, sociais e institucionais que moldaram essa parceria ao longo do tempo. A pesquisa também investiga os benefícios da presença ativa dos pais no ambiente escolar, evidenciando impactos positivos no rendimento acadêmico, na autoestima, na socialização e na construção de valores das crianças. Além disso, são explorados os desafios que ainda dificultam essa aproximação, como barreiras econômicas, desinformação, ausência de políticas públicas e a falta de estratégias eficazes por parte das instituições escolares. O artigo propõe ainda caminhos para o fortalecimento dessa parceria, ressaltando o papel da escola na promoção de práticas acolhedoras e dialógicas, bem como a responsabilidade do Estado na criação de políticas que incentivem e sustentem a corresponsabilidade

educativa. Conclui-se que a relação entre escola e família deve ser compreendida como um compromisso coletivo, contínuo e intencional, que vai além do espaço físico da sala de aula e se estende à construção de uma educação humanizadora, inclusiva e transformadora.

PALAVRAS-CHAVE: Educação infantil; Família; Participação dos pais; Escola; Desenvolvimento infantil.

INTRODUÇÃO

A educação infantil é a fase em que se estabelece a base para o desenvolvimento integral do ser humano. Nesse estágio inicial da vida escolar, a criança aprende a se relacionar com o mundo, desenvolve habilidades cognitivas, sociais e emocionais, e forma os primeiros vínculos com a aprendizagem formal. Neste cenário, a família exerce um papel insubstituível, sendo o primeiro espaço de socialização e referência afetiva da criança.

De acordo com o artigo 29 da Lei nº 9.394/96 — a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a educação infantil constitui a primeira etapa da educação básica, sendo destinada a crianças de zero a cinco anos de idade, com a finalidade de promover seu desenvolvimento integral em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também organiza a Educação Infantil em dois segmentos: creche, destinada às crianças de 0 a 3 anos, e pré-escola, voltada ao atendimento de crianças de 4 e 5 anos. Essa estrutura considera as especificidades do desenvolvimento infantil em cada faixa etária e reforça o caráter educacional dessa etapa, que deve ser planejada intencionalmente e de forma integrada às necessidades das crianças, em parceria com as famílias (BRASIL, 2017).

Historicamente, a escola e a família desempenham funções complementares no processo educacional. A Constituição Federal de 1988 afirma que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade” (BRASIL, 1988, art. 205), destacando o papel central da família na formação dos indivíduos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por sua vez, reconhece o direito da criança de ser criada e educada em ambiente familiar, livre de negligências e violências, reforçando a responsabilidade compartilhada entre família e escola.

A ausência de uma relação colaborativa entre esses dois pilares do desenvolvimento humano pode comprometer seriamente o processo de ensino-aprendizagem. Como afirmam Stefania Dias et al. (2015, p. 3), “é de suma importância a participação da

família no processo de educação junto à escola, pois através do trabalho conjunto possibilitará a formação de cidadãos críticos, reflexivos e dotados de potencialidades e habilidades”.

Dessa forma, o presente estudo propõe-se a analisar, com base em estudos e experiências práticas, a importância da participação ativa dos pais na educação infantil. Pretende-se compreender como essa interação pode ser fortalecida e quais são os impactos diretos e indiretos dessa parceria na formação dos pequenos.

A abordagem metodológica adotada é a revisão bibliográfica de natureza qualitativa, com base em autores como Paro, Piaget, Vygotsky, Tiba, Freire, entre outros, bem como documentos normativos, como a LDBEN e a BNCC. A análise dos textos aponta que quando a família participa efetivamente da vida escolar da criança, há avanços significativos em sua autoestima, socialização, autonomia e desempenho escolar.

Como ressalta Arantes (2020, p. 8):

A escola não pode assumir sozinha a tarefa da educação. A parceria com a família é condição essencial para a construção de um processo educativo efetivo, que considere a criança em sua totalidade. É fundamental que pais e educadores se reconheçam como corresponsáveis pela formação dos pequenos, respeitando seus papéis e construindo juntos um caminho de aprendizagem e desenvolvimento (ARANTES, 2020, pág. 8).

Com base nessas reflexões, torna-se evidente que o sucesso do processo educativo na infância está intrinsecamente ligado ao comprometimento mútuo entre escola e família. A presente investigação se justifica pela necessidade de ampliar o entendimento sobre essa relação e de propor caminhos que favoreçam uma atuação conjunta e eficaz. Ao valorizar a participação dos pais na vida escolar de seus filhos, fortalece-se não apenas a aprendizagem, mas também a formação de indivíduos mais seguros, éticos e preparados para a vida em sociedade.

A análise da participação dos pais no contexto da educação infantil, portanto, exige uma abordagem que valorize a escuta, a afetividade, o respeito às diversidades familiares e o compromisso coletivo com a formação humana. Como ressalta Paulo Freire (1996, p. 45), “a escola é, sobretudo, feita de gente, e para gente, onde se aprende a ser gente”. Esta perspectiva humanizadora inspira a presente pesquisa, que busca compreender como a construção de uma educação de qualidade na infância passa, inevitavelmente, pelo fortalecimento dos vínculos entre escola e família.

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

Ao longo do tempo, a relação entre família e escola passou por profundas transformações, influenciadas pelas mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas de cada época. Na Antiguidade, a educação das crianças era responsabilidade exclusiva da família, realizada de forma prática, por meio da convivência direta com os adultos. O processo educativo estava vinculado à transmissão de valores, costumes, ofícios e crenças, ocorrendo dentro do núcleo doméstico e comunitário.

Segundo Romanelli (2005), durante o período greco-romano, a educação era diferenciada conforme as classes sociais e os papéis atribuídos a homens e mulheres. A família aristocrática era responsável por educar os filhos com base em princípios éticos e estéticos, preparando-os para a vida pública. Já nas camadas populares, o aprendizado era mais ligado ao trabalho e à sobrevivência. Com o surgimento da educação institucionalizada, sobretudo a partir da Idade Média, a Igreja passou a mediar o saber formal, mas ainda assim, a família mantinha papel central na socialização.

Na transição para a Idade Moderna, com o fortalecimento dos Estados nacionais, das universidades e das escolas como instituições organizadas, a função educativa passou a ser compartilhada entre a família e o Estado. Conforme Ariès (2006), foi apenas no século XVII que a infância começou a ser compreendida como uma etapa distinta da vida humana, e a criança passou a ocupar um lugar central no seio familiar. Essa mudança de percepção impulsionou o surgimento das escolas formais, redefinindo o papel das famílias, que passaram a acompanhar mais de perto a educação dos filhos.

Ariès (2006) explica que, até então, a criança era vista como um “adulto em miniatura”, e somente com a consolidação de uma nova sensibilidade social e afetiva é que se passou a pensar na infância como um período de cuidado, formação e proteção. Essa nova visão resultou em maior atenção dos pais com relação à instrução e à socialização dos filhos, favorecendo o surgimento de instituições escolares voltadas para a infância.

Na contemporaneidade, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/90) reforçam a corresponsabilidade da família, da escola e do Estado na formação integral da criança. O artigo 205 da Constituição declara que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade” (BRASIL, 1988), evidenciando que a parceria entre escola e família não é opcional, mas essencial ao processo educativo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96), por sua vez, reconhece a educação como um processo contínuo e articulado entre diferentes instâncias sociais, em que a família possui papel ativo. Essa legislação estabelece que o desenvolvimento da criança deve ser promovido de forma integrada entre família, escola e comunidade, sendo a Educação Infantil compreendida como a primeira etapa da educação básica.

Para Paro (2007, p. 10 apud Santos, 2011), “para funcionar a contento, a escola necessita de adesão de seus usuários (não só de alunos, mas também de seus pais ou responsáveis) aos propósitos educativos a que ela deve visar, e que essa adesão precisa redundar em ações que contribuem para o bom desempenho do estudante”.

Dessa forma, a relação entre escola e família não deve ser entendida como algo eventual, restrito a reuniões formais ou questões disciplinares, mas como uma relação permanente, dialógica e estratégica para o sucesso da aprendizagem. Segundo Oliveira (2011), o processo educativo é mais eficaz quando há uma aliança entre as experiências vivenciadas no ambiente familiar e o conhecimento formal promovido pela escola.

Para reforçar esse entendimento, é pertinente recorrer à citação de Libâneo (2012, p. 67), que expressa com clareza a importância do envolvimento familiar no processo educativo:

É fundamental que a escola reconheça a família como parceira e corresponsável na formação das crianças, superando práticas que afastam os pais do cotidiano escolar. A colaboração entre ambos deve-se basear em confiança mútua, diálogo constante e compartilhamento de objetivos educacionais. Quando a escola isola-se da realidade familiar ou despreza seus saberes, compromete-se o princípio da educação integral. (LIBÂNEO, 2012, p. 67).

Para Nóvoa (1995), é preciso resgatar a ideia de comunidade educativa, em que escola e família compartilham valores e compromissos na construção da cidadania. Essa parceria precisa ser fortalecida por meio de ações concretas e intencionais, que garantam a escuta, a valorização e a corresponsabilização dos pais no cotidiano escolar.

Assim, a trajetória histórica evidencia que a escola, embora tenha se consolidado como espaço privilegiado da educação formal, jamais substituiu o papel formador da família. Ambas as instituições se completam e devem atuar em conjunto, construindo ambientes que favoreçam o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos cognitivos, emocionais, sociais e éticos.

O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM INFANTIL

A família é o primeiro e mais significativo espaço de convivência da criança, exercendo papel determinante na formação de sua identidade, valores, atitudes e concepções de mundo. É nesse ambiente que ocorrem as primeiras interações sociais, trocas afetivas e aprendizados fundamentais, sendo, portanto, essencial para o desenvolvimento global da criança — físico, emocional, social, moral e cognitivo.

Segundo Arantes (2020), a aprendizagem infantil não se restringe à escola, mas envolve múltiplas dimensões da vida cotidiana: “A vivência de atitudes respeitadas e amorosas no seio familiar é o ponto de partida para a formação de sujeitos críticos, éticos e afetivos”. Dessa forma, o ambiente familiar influencia diretamente o modo como a criança se relaciona com os outros, lida com desafios e constrói sua autonomia.

De acordo com Bronfenbrenner (1996 apud Lene, 2016), o desenvolvimento da criança ocorre por meio da interação entre os diversos ambientes nos quais ela está inserida, sendo o núcleo familiar o mais próximo e decisivo: a qualidade das relações estabelecidas com os pais e cuidadores interfere de maneira direta em sua capacidade de aprender, conviver e participar do mundo escolar.

A afetividade, a escuta, o apoio emocional e a valorização das conquistas da criança são práticas fundamentais que devem ser cultivadas pelas famílias. Segundo Szymanski (2004), o vínculo afetivo estabelecido entre pais e filhos promove segurança, autoestima e abertura para a aprendizagem, o que reforça a importância da presença ativa dos responsáveis no cotidiano da vida escolar.

O envolvimento da família nas atividades escolares, portanto, não pode ser visto como algo secundário, ocasional ou limitado a eventos formais. Pelo contrário, inúmeros estudos apontam que a participação efetiva dos pais no processo educativo de seus filhos favorece significativamente o rendimento acadêmico, a autoestima, a socialização e o comportamento da criança.

Conforme Silva e Kaulfuss (2017), “a família e a escola têm conjuntamente uma importância fundamental para a promoção da aprendizagem da criança, entendendo-se necessário que a família conheça os objetivos da proposta escolar para acompanhar o desenvolvimento das práticas educativas”. Ou seja, é preciso que haja diálogo, cooperação e alinhamento de objetivos entre os dois espaços educativos.

Nesse sentido, a escola também tem o dever de reconhecer a pluralidade das configurações familiares contemporâneas e criar mecanismos eficazes de aproximação, superando barreiras sociais, econômicas e culturais. Como destacam Polonia e Dessen (2005), a valorização dos saberes familiares e o acolhimento das famílias em suas diferentes formas contribuem para a construção de um projeto educativo mais inclusivo e humanizado.

Tiba (2007) complementa que os pais não devem delegar exclusivamente à escola a tarefa de educar: “Os filhos precisam entender que estudar é uma responsabilidade e compromisso deles. Os pais os estão ajudando a cumprir um dever que é deles”. Essa perspectiva de corresponsabilidade é essencial para que a criança perceba a coerência entre os discursos e as práticas vividas na família e na escola.

Assim, a articulação entre esses dois espaços formadores — família e escola — deve ser contínua, baseada na confiança mútua e no compromisso com o desenvolvimento integral da criança. O desafio da educação infantil não está apenas na promoção do acesso, mas na garantia de uma experiência educacional significativa e afetiva, que só pode ser alcançada quando ambos os contextos atuam em cooperação.

OBSTÁCULOS E DESAFIOS PARA A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS

Apesar de amplamente reconhecida a importância da participação da família na educação infantil, essa parceria ainda enfrenta inúmeros obstáculos de ordem estrutural, cultural, econômica e institucional. A convivência entre diferentes realidades sociais e a crescente complexidade das dinâmicas familiares contemporâneas dificultam o estabelecimento de uma relação contínua e efetiva entre escola e pais ou responsáveis.

Um dos principais fatores que limitam a participação familiar é a sobrecarga das jornadas de trabalho. Muitas famílias, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, enfrentam longas horas fora de casa, o que compromete o acompanhamento sistemático da vida escolar dos filhos. Para Froebel (apud Araújo, 2010), a disponibilidade dos pais para acompanhar as demandas escolares das crianças é cada vez mais limitada, em função de questões econômicas e das exigências do mundo do trabalho.

Além da falta de tempo, há um descompasso entre as expectativas da escola e as condições reais das famílias. Muitas vezes, os pais desconhecem os objetivos pedagógicos da escola, não compreendem sua linguagem ou se sentem inseguros em dialogar com os professores. Conforme destaca Dessen e Polonia (2007), a dificuldade de muitos pais em participar decorre da ausência de clareza sobre seu papel no processo educativo, associada ao medo de serem julgados por sua escolaridade, estilo de vida ou capacidade de contribuir.

De acordo com a pesquisa apresentada por Nóbrega et al. (2016), mesmo reconhecendo a relevância de sua atuação, muitas famílias se mantêm distantes da vida escolar dos filhos, o que gera impactos negativos no desempenho acadêmico, no comportamento e nas relações interpessoais das crianças. Essa ausência não está apenas relacionada ao desinteresse, mas a uma série de barreiras contextuais, que envolvem desde o analfabetismo funcional até experiências escolares traumáticas vividas pelos próprios pais.

A escola, por sua vez, nem sempre está preparada para acolher as famílias em suas singularidades. Como apontam Stefania Dias et al. (2015), as instituições educacionais, muitas vezes, ainda operam com práticas distanciadas da realidade das comunidades em que estão inseridas, utilizando linguagens técnicas, promovendo encontros pouco dialógicos e não reconhecendo a diversidade das configurações familiares.

Segundo Polonia e Dessen (2005), a relação escola-família precisa ser repensada a partir de uma perspectiva de parceria horizontal, em que os pais sejam vistos não como meros expectadores ou auxiliares, mas como sujeitos coeducadores, com saberes e práticas que devem ser valorizados e integrados ao projeto pedagógico.

Superar esses desafios exige uma atuação conjunta entre Estado, escola e comunidade. O investimento em políticas públicas que incentivem a participação dos pais, como reuniões em horários alternativos, ações formativas sobre a importância da corresponsabilidade educativa e programas de acolhimento à diversidade, são medidas fundamentais para o fortalecimento dessa relação.

Também é essencial investir na formação contínua dos profissionais da educação, capacitando-os para uma escuta ativa, empática e culturalmente sensível, conforme propõe Nóvoa (1995), ao defender que o professor deve atuar como mediador entre os saberes escolares e os saberes familiares. Tais práticas contribuem para a construção de um espaço escolar democrático e dialógico, que reconhece a família como aliada fundamental no processo educativo.

Portanto, não se trata apenas de convidar os pais para participarem, mas de criar condições reais e concretas para que eles se sintam pertencentes à escola, respeitados em suas trajetórias e corresponsáveis pela formação dos filhos. Esse é um passo essencial para que a educação infantil cumpra seu papel de garantir o desenvolvimento integral da criança em uma perspectiva humanizadora e inclusiva.

A INTEGRAÇÃO ENTRE FAMÍLIA, ESCOLA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O desenvolvimento integral da criança, princípio norteador da Educação Infantil, depende da articulação efetiva entre três esferas fundamentais: família, escola e Estado. Essa tríade, quando harmonizada, constitui uma rede de proteção, aprendizagem e socialização que favorece a construção da autonomia, da autoestima e do pertencimento social.

A presença ativa dos pais no cotidiano escolar impacta positivamente as dimensões cognitivas, afetivas, sociais e morais da criança. Como destaca Rosane Arantes (2020), “o ambiente da família e o da escola devem interagir entre si com reciprocidade para que ocorra o sucesso da criança sem traumas ou falhas na realização da sua aprendizagem como um processo”.

Além disso, a convivência familiar é o primeiro espaço de construção de valores como respeito, solidariedade e empatia. Quando esses valores são reforçados no ambiente escolar, cria-se uma continuidade ética e afetiva essencial para o desenvolvimento integral. Bronfenbrenner (1996 apud Lene, 2016) enfatiza que o crescimento da criança acontece “pela ação recíproca entre os ambientes mais importantes nos quais a criança circula”, como família, escola e comunidade.

Entretanto, o êxito dessa relação exige a atuação responsável do Estado, no sentido de criar políticas públicas que viabilizem a participação familiar e consolidem o papel social da escola. A Constituição Federal de 1988 reconhece, em seu artigo 205, que a educação é dever do Estado e da família, sendo promovida com a colaboração da sociedade (BRASIL, 1988). Já a LDBEN nº 9.394/96, em seu artigo 2º, reforça a corresponsabilidade entre os agentes educativos, estabelecendo a necessidade de integração entre escola e comunidade (BRASIL, 1996).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) amplia essa perspectiva ao propor que a escola reconheça e valorize os saberes familiares no currículo, promovendo uma escuta ativa e respeitosa das realidades culturais dos alunos. Da mesma forma, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) estabelece que “as famílias que porventura tiverem dificuldades em cumprir qualquer uma de suas funções para com a criança deverão receber toda ajuda possível das instituições de educação infantil, da comunidade, do poder público, das instituições de apoio” (BRASIL, 1998, p. 84).

Para que essa integração ocorra de forma concreta, cabe à escola desenvolver estratégias pedagógicas que fortaleçam os vínculos com as famílias. Entre as práticas eficazes destacam-se: a criação de projetos participativos, a realização de oficinas, rodas de conversa, reuniões com caráter dialógico, uso de tecnologias para a comunicação cotidiana e a inclusão dos responsáveis nas decisões pedagógicas e conselhos escolares.

Silva e Kaulfuss (2017) reforçam que “a escola deve promover atividades que envolvam a família para participar da vida escolar de seus filhos e propiciem o envolvimento no processo educacional da criança”. Isso exige um esforço da gestão escolar em criar um ambiente acolhedor, acessível e que valorize a diversidade das configurações familiares.

Conforme defendem Dias et al. (2015), “quanto mais os pais e a escola estiverem envolvidos, tornando-se verdadeiros parceiros, maior será a competência para o desenvolvimento de diversas habilidades por parte dos alunos”. O protagonismo familiar deve ser incentivado não apenas por meio da presença física, mas principalmente pelo reconhecimento de seu papel ativo e legítimo na formação das crianças.

Nesse sentido, é fundamental compreender que a construção de uma educação de qualidade e com equidade na infância não pode depender unicamente da iniciativa individual de professores ou pais. Trata-se de um compromisso coletivo que envolve também o Estado, por meio de investimentos estruturais, formação continuada dos profissionais da educação e políticas públicas de incentivo à participação comunitária. Apenas com esse tripé consolidado será possível garantir às crianças experiências significativas, afetivas e transformadoras nos primeiros anos de vida escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste estudo permitiu evidenciar que a participação ativa dos pais na educação infantil é um dos pilares centrais para o desenvolvimento integral da criança. A parceria efetiva entre família e escola não apenas fortalece o processo de ensino-aprendizagem, mas também amplia a rede de apoio afetivo, promove a continuidade dos valores essenciais à convivência social e contribui para a formação de sujeitos éticos, críticos e autônomos.

As pesquisas e os autores analisados demonstram que a presença da família na vida escolar dos filhos está diretamente associada à melhoria do rendimento acadêmico, à elevação da autoestima e ao fortalecimento das habilidades socioemocionais da criança. Por outro lado, a ausência desse vínculo pode comprometer o desempenho escolar, gerar inseguranças emocionais e prejudicar o processo de socialização. A afetividade, o diálogo, o incentivo e o acompanhamento dos responsáveis são, portanto, dimensões indissociáveis de uma educação de qualidade.

Contudo, o fortalecimento dessa relação enfrenta inúmeros desafios de ordem estrutural, cultural e socioeconômica. A rotina exaustiva de trabalho dos pais, a falta de informação sobre os objetivos pedagógicos da escola, o desconhecimento de seu papel educativo e a ausência de políticas públicas de apoio são alguns dos fatores que dificultam essa aproximação. Diante disso, cabe à escola assumir um papel ativo na construção de uma cultura participativa, acolhendo a diversidade familiar, promovendo canais abertos de diálogo e reconhecendo os saberes da comunidade como parte do processo educativo.

Além do esforço individual das instituições escolares, é imprescindível a atuação do Estado como agente promotor de políticas públicas que sustentem essa parceria. A efetivação de uma educação inclusiva, democrática e equitativa na infância requer investimentos em formação docente, criação de espaços de escuta e participação, além do fortalecimento de programas que aproximem escola, família e comunidade.

A educação infantil, como primeira etapa da educação básica, deve ser concebida como um espaço que reconhece a criança em sua singularidade e respeita o contexto familiar e cultural no qual ela está inserida. Assim, fortalecer a relação entre família e escola não é apenas uma estratégia pedagógica eficaz, mas um compromisso ético, social e constitucional com o direito à educação integral, conforme preveem a LDB, a BNCC e a Constituição Federal.

Dessa forma, promover a aproximação entre escola e família é garantir às crianças um início de trajetória escolar mais humanizado, significativo e promissor — uma base sólida para o exercício da cidadania e para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Rosane Silva Vieira. Família e escola: uma relação necessária. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Faculdade de Administração e Artes de Limeira, Limeira, 2020. Disponível em: <https://faae.edu.br>. Acesso em: 12 fev. 2025.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 maio. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 1. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume1.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRONFENBRENNER, Urie. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artmed, 1996.

DIAS, Stefania; SILVA, Elisangela da; CHAGAS, Cristiane da S.; ZANDONÁ, Arlete. A importância da participação da família na vida escolar das crianças da Educação Infantil. 2015. Trabalho Acadêmico – Universidade Norte do Paraná. Disponível em: <https://ead.unopar.br>. Acesso em: 12 fev. 2025.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana Célia. A família e a escola como contextos desenvolvimentais: implicações para a prática e para a pesquisa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 23, n. 2, p. 111–120, maio 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

NÓVOA, António (Org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NÓBREGA, Talita Ramos; LEMOS, Marlene; RIBEIRO, Amanda; MORAES, Karine. Família e escola: desafios e possibilidades de uma relação efetiva. 2016. Trabalho Acadêmico – Universidade Norte do Paraná. Disponível em: <https://ead.unopar.br>. Acesso em: 12 fev. 2025.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *Educação Infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2011.

PARO, Vitor Henrique. *Educação, escola e democracia*. São Paulo: Ática, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SANTOS, Roseli Aparecida dos. Família e escola: a importância dessa parceria no processo ensino aprendizagem. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <https://uel.br>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SILVA, Zilá Aparecida de Lima; KAULFUSS, Karina Silene. Família e Escola: uma importante parceria na Educação Infantil. *Revista Educação Infantil em Foco*, Londrina, v. 5, n. 2, p. 44–54, 2017.

SZYMANSKI, Heloísa. *Desenvolvimento humano e educação: proposições e interfaces*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

TIBA, Içami. *Quem ama, educa!*. 38. ed. São Paulo: Gente, 2007.